

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.529.638 - SP (2019/0182378-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **DURUM DO BRASIL IMPORTACAO COMERCIO & EXPORTACAO LTDA**
ADVOGADOS : **KLEBER DEL RIO E OUTRO(S) - SP203799**
: **DARLEY ROCHA RODRIGUES - SP307903**
AGRAVADO : **BANCO BRADESCO S/A**
ADVOGADOS : **RICARDO RIBEIRO DE LUCENA E OUTRO(S) - SP047490**
: **BRUNO LOBO VIANNA JOVINO - SP262341**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PROCESSUAL CIVIL. 1. RECURSO DE APELAÇÃO DA PARTE RECORRIDA NÃO CONHECIDO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS (ART. 85, § 11, DO CPC/2015). CABIMENTO. 2. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Na origem, Durum do Brasil Importação Comércio & Exportação Ltda. ajuizou ação de prestação de contas contra Banco Bradesco S.A., tendo em vista que mantém com o réu relacionamento negocial através da conta-corrente n. 0010780-8, agência 0272-3, na qual promove movimentação com depósitos, saques e pagamentos, cumprindo com suas obrigações com o banco. Todavia, a instituição financeira efetuou operações indevidas de descontos e transferências, com incidência de juros, sem que houvesse sua autorização. Pugnou, assim, para que o requerido prestasse contas acerca dos encargos impugnados.

O Juízo de primeiro grau julgou procedente a ação para condenar o réu a prestar contas de forma individual do contrato de operações impugnadas pela parte autora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as que o autor venha a apresentar, condenando o banco ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor da causa.

Interposto recurso de apelação por Banco Bradesco S.A., a Trigesima Sétima Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu, por unanimidade, não conhecer do apelo, em aresto assim ementado (e-STJ, fl. 250):

Superior Tribunal de Justiça

APELAÇÃO - AÇÃO DE EXIGIR CONTAS PRIMEIRA FASE DO PROCEDIMENTO Decisão que condenou o réu a prestar as contas. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS: O recurso cabível contra decisão que julga procedente o pedido de prestar contas é o agravo de instrumento e não a apelação.

Inadequação da via recursal eleita. Inteligência dos arts. 550, §5º, e 1.015, II, do CPC. Precedentes.

RECURSO NÃO CONHECIDO.

Opostos embargos de declaração por Durum do Brasil Importação Comércio & Exportação Ltda., foram rejeitados (e-STJ, fls. 639-641).

Nas razões do recurso especial, Durum do Brasil Importação Comércio & Exportação Ltda., com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, alegou violação ao art. 85, §§ 1º e 2º, do CPC/2015, sustentando a reforma do acórdão recorrido, o qual deixou de majorar os honorários advocatícios em razão da interposição do recurso de apelação que não foi conhecido, sendo incontroverso que o advogado da recorrente realizou seu trabalho em decorrência da interposição do apelo com a apresentação de contrarrazões.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 646-652).

O Tribunal local não admitiu o processamento do recurso especial pela incidência da Súmula 7 do STJ.

Brevemente relatado, decido.

Consoante se observa das razões recursais, pretende a recorrente a majoração dos honorários recursais previstos no art. 85, § 11, do CPC/2015, sob a alegação de que deve ser levado em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal diversamente do entendimento do acórdão recorrido.

Dito isso, no que concerne aos honorários recursais, a Terceira Turma do STJ firmou o entendimento de que, para a fixação da verba prevista no art. 85, § 11, do CPC/2015, deverão ser observados determinados requisitos, conforme se verifica da seguinte ementa:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO CONFIGURADA. ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS PARA SANAR O VÍCIO. CABIMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. REQUISITOS.

I - Para fins de arbitramento de honorários advocatícios recursais, previstos no § 11 do art. 85 do CPC de 2015, é **necessário o preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos:**

1. Direito Intertemporal: deve haver incidência imediata, ao processo em curso, da norma do art. 85, § 11, do CPC de 2015, observada a data em que o ato processual de recorrer tem seu nascedouro, ou seja, a publicação da decisão recorrida, nos termos do Enunciado 7 do Plenário do STJ: **"Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC"**;

2. **o não conhecimento integral ou o improvimento do recurso pelo Relator, monocraticamente, ou pelo órgão colegiado competente;**

3. a verba honorária sucumbencial deve ser devida desde a origem no feito em que interposto o recurso;

4. não haverá majoração de honorários no julgamento de agravo interno e de embargos de declaração oferecidos pela parte que teve seu recurso não conhecido integralmente ou não provido;

5. não terem sido atingidos na origem os limites previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, para cada fase do processo;

6. não é exigível a comprovação de trabalho adicional do advogado do recorrido no grau recursal, tratando-se apenas de critério de quantificação da verba.

II - A título exemplificativo, podem ser utilizados pelo julgador como critérios de cálculo dos honorários recursais:

a) respeito aos limites percentuais estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC de 2015;

b) observância do padrão de arbitramento utilizado na origem, ou seja, se os honorários foram fixados na instância a quo em valor monetário, por meio de apreciação equitativa (§ 8º), é interessante que sua majoração observe o mesmo método; se, por outro lado, a verba honorária foi arbitrada na origem com base em percentual sobre o valor da condenação, do proveito econômico ou do valor atualizado da causa, na forma do § 2º, é interessante que o tribunal mantenha a coerência na majoração utilizando o mesmo parâmetro;

c) aferição do valor ou do percentual a ser fixado, em conformidade com os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2º do art. 85;

d) deve ser observado se o recurso é parcial, ou seja, se impugna apenas um ou alguns capítulos da sentença, pois em relação aos demais haverá trânsito em julgado, nos termos do art. 1.002 do CPC de 2015, de modo que os honorários devem ser arbitrados tendo em vista o proveito econômico que a parte pretendia alcançar com a interposição do recurso parcial;

e) o efetivo trabalho do advogado do recorrido.

III - No caso dos autos, além de o recurso especial ter sido interposto quando ainda estava em vigor o CPC de 1973 e não haver sido fixada verba honorária na origem, por se tratar de decisão interlocutória, a parte ora embargante pretende o arbitramento dos honorários recursais previstos no § 11 do art. 85 do Novo CPC no âmbito do agravo interno, o que, como visto, não é cabível.

IV - Embargos de declaração acolhidos para, sem atribuição de efeitos infringentes, sanar a omissão no acórdão embargado. (EDcl

Superior Tribunal de Justiça

no AgInt no REsp 1.573.573/RJ, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze,
Terceira Turma, julgado em 4/4/2017, DJe 8/5/2017)

Diante disso, na espécie, torna-se necessária a majoração dos honorários recursais realizada no julgamento do apelo recursal, haja vista o total preenchimento dos requisitos para a sua fixação, quais sejam, recurso interposto contra sentença publicada após o dia 7/11/2017; não conhecimento integral do recurso; e verba honorária fixada desde a origem que não tenha atingindo os limites previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, para cada fase do processo.

No caso, é cabível a majoração da verba honorária, uma vez que o recurso especial e o agravo em recurso especial foram interpostos já na vigência do CPC/2015.

Assim, em cumprimento ao entendimento jurisprudencial desta Corte, acerca da aplicação do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte apelada ora recorrente em 2% sobre o valor atualizado da causa.

Ante o exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator